



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS
ISCTE, 30 de janeiro de 2026

Sobre a reorganização do MECI

Manuel Nobre

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

Boa tarde,

A realização deste plenário ocorre no momento muito particular da vida política nacional e internacional. A intolerância, os extremismos, os ataques à liberdade e aos regimes democráticos parecem tender a ser notícia.

No ano em que comemoramos os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, os ataques aos serviços públicos e às funções sociais do estado são cada vez mais evidentes e indisfarçáveis.

Com a atual correlação de forças na Assembleia da República, em que predomina a ideologia neoliberal, o terreno torna-se cada vez mais fértil para descaraterizar e privatizar também esta importante conquista da revolução de Abril e do regime democrático, que é a nossa Escola Pública.

O programa eleitoral da AD não o esconde, o programa do governo não o esconde, o Orçamento do Estado não o esconde, a proposta de pacote laboral não o esconde, e as políticas deste governo revelam bem o seu plano para Educação, para a Escola Pública e para vida dos docentes.

A cada vez maior falta de professores não é fruto do acaso, é o resultado de anos décadas de políticas que sempre tentaram embaratecer e descaracterizar cada vez mais o sistema educativo, quer por via das alterações aos currículos, pela preceituação dos vínculos precários, da criação de mega agrupamentos, da criação de centros escolares à custa do abate de escolas, entre outros, e quiçá, a fusão de ciclos como resposta à falta de professores. Mas o melhor exemplo é a continuada redução do PIB para educação que atinge valores cada vez mais residuais e preocupantes a cada ano que passa, o que muito tem contribuído para a degradação das condições de trabalho, para o afastamento de novos professores, e para limitar as respostas que a Escola Pública deveria assegurar.

Diz o ministro da Educação que nos próximos 25 anos irão sair do sistema em média 4000 professores a cada ano que passa, o que nos poderia levar a pensar que a escola pública iria colapsar dentro de pouco tempo por falta de professores. Perante esse problema exige-se a valorização da profissão, de forma a torná-la atrativa e assim inverter esta realidade, mas não é essa a intenção deste governo e das suas orientações políticas. Mas esta é uma realidade que não é exclusiva de Portugal, outros países da União Europeia debatem-se com o mesmo problema:

- Como é o caso da França, que perante a crescente falta de professores, as respostas políticas não vão ao encontro das reivindicações dos professores, não vão ao encontro da valorização da profissão, mas sim no sentido de soluções privatizadoras e de desagregação do sistema educativo.
- Na Inglaterra perante o mesmo problema a solução foi desvalorizar cada vez mais a profissão docente, levando a que os professores mais graduados estejam desempregados, de forma a que o sistema seja assegurado por professores com poucas qualificações e com salários mais baixos. A juntar a isso, foram criados “mega agrupamentos”, algo semelhante aos nossos TEIPE, mas com maiores dimensões, para que os municípios resolvessem os problemas sociais e educativos, alegando a proximidade e o conhecimento das comunidades. Neste momento na Inglaterra os municípios estão reduzidos a meros pagadores de serviços, pois as políticas educativas e o próprio funcionamento desses “mega agrupamentos” estão reféns dos prestadores de serviços e de empresas privadas, que inclusivamente contratam e gerem o corpo docente.

Por cá, a solução deste governo parece não ser diferente, a anunciada reforma do Ministério da Educação é "um significativo ataque à Escola Pública" cujo objetivo final é "desmantelar o sistema público de ensino".

Em Agosto passado, à boleia de uma designada “reforma do Estado”, o governo de forma unilateral extinguiu vários serviços do Ministério da Educação, e em sua substituição criou um instituto (o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação) e uma agência (a AGSE - Agência para a Gestão do Sistema Educativo) - Chamam-lhe a “reorganização do Ministério da Educação, Ciência e Inovação”.

Esta agência possui o estatuto de instituto público e um regime especial, que dota a mesma de autonomia administrativa e financeira, com património próprio e integrada na administração indireta do Estado.

Esta decisão formaliza um processo há décadas iniciado, de continuado desinvestimento nos serviços públicos e de desvalorização dos trabalhadores da administração pública, colocando a Educação no balão de ensaio da aprovação desta legislação, para prosseguir este processo que o governo espera concluído em todos os ministérios até final do primeiro semestre de 2026.

As opções agora conhecidas configuram um processo conduzido sem envolver ou dialogar com os profissionais, sindicatos, estudantes, associações de pais ou investigadores, impondo uma reorganização de cima para baixo, apressada, tecnocrática e com previsíveis impactos negativos para o futuro da Escola Pública e da Educação em Portugal.

Estamos perante um processo que consubstancia um significativo ataque à escola pública, realizado por uma direita política cuja pretensão é – e sempre foi – dismantlar o sistema público de ensino para poder redesenhar um conveniente sistema de ensino privado, devidamente suportado pelo erário público.

Em suma, a nova Administração Educativa será constituída pela referida Agência, pelas CCDR, por Plataformas e por Algoritmos. O que o neoliberal Fernando Alexandre e seu governo pretendem é, ter tudo digitalizado e interconectado: sumários, assiduidade, salários, passaporte biográfico digital, resultados escolares dos alunos, avaliação do desempenho docente... o caminho perfeito para a descaracterização da Escola Pública, para conter a criatividade e a autonomia pedagógica dos docentes, para criar portugueses meramente executores e acríticos, passando também pela tentativa de destruição de uma das principais conquistas da luta dos professores, o seu ECD.

A revisão do estatuto da carreira docente deverá ser uma oportunidade para valorizar a profissão, mas o caminho que o governo está a seguir vai noutro sentido, e pelos vistos não está a caminhar só pois vai acompanhado de outras estruturas sindicais que estão dar o seu aval às políticas deste governo para educação. Poderia citar vários exemplos de retrocessos para a carreira e para a Escola Pública, fruto dos entendimentos e acordos assinados, mas friso por exemplo apenas o facto da não-aceitação da proposta da FENPROF em incluir a discussão de um modelo justo de aposentação no ECD, que seria não só uma medida de valorização da profissão mas também uma forma de atrair novos professores.

O caminho terá de ser o esclarecimento, o contacto com os professores e a sua mobilização, pois só através da luta organizada poderemos defender o futuro da Escola Pública e profissão docente.

Viva a escola Pública!